



Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 21/12/2017

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta de Freguesia, à Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número onze, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto um: Tomada de posse de um elemento da Assembleia;-----

Ponto dois: Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Ponto três: Discussão e votação do Regulamento de Atribuição de Subsídios; -----

Ponto quatro: Deliberação sobre congelamento da atualização das taxas para 2018, de acordo com a Deliberação da Junta de Freguesia; -----

Ponto cinco: Discussão e Votação do Mapa de Pessoal, Plano de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2018; -----

Ponto seis: Autorização para Compromisso plurianual relativo à aquisição de serviços de “Limpeza Urbana, nos arruamentos e Infraestruturas da Freguesia de Ermesinde”; -----

Ponto sete: Relatório de Atividades da Junta de Freguesia de Ermesinde; -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: Josué Lima Morais, António Alberto Alves de Sousa, Zita Helena Duarte Rodrigues Cardoso, Ana Catarina Fonseca Barbosa, Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa, José Deolindo Caetano, Manuel Almeida Costa, Manuel Francisco Ferreira do Couto, Maria Alice do Amaral Teixeira Alves, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, Marta Andreia Ferreira Azevedo, Pedro Miguel Bouça Fernandes, Rui Alfredo Dias Fernandes de Almeida, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva. Verificaram-se, também, as seguintes substituições, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número Cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois: do Partido Socialista (doravante designado de PS) Nuno Daniel Gilvaia da Costa, por Rute Maria Jesus Carneiro Mendes; do Partido Social Democrata (doravante designado de PSD) Luís



António Dias Vasques por Tiago Filipe Ramalho Teixeira; Manuel Augusto Dias por Ângela Alexandra Vieira Bragança; Paulo Alexandre da Silva Moreira de Sousa por Maria de Fátima Plácido Aparício; Teresa Marta Correia Sousa Raposo por Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez. -----

Josué Morais, Presidente de Mesa da Assembleia de Freguesia, deu início à sessão saudando os presentes. Passou de seguida ao período para intervenção do público mas não havia inscritos do público para intervir. Antes de passar ao período de Antes da Ordem do dia o Presidente da Mesa antecipou o **Ponto 1** para dar posse a Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva como membro da Assembleia de Freguesia, que não tinha tomado posse aquando da instalação da Assembleia. De seguida e dando início ao período antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa deu a palavra a Deolindo Caetano da Coligação Democrática Unitária (doravante designada de CDU) que começou por questionar o Presidente da Mesa por na última Assembleia de Freguesia o público não ter intervindo, com o argumento que a reunião era extraordinária. Questionou o Presidente da Junta acerca do Protocolo da Sójovem, acerca do IMI e se iria votar favoravelmente em Assembleia Municipal o aumento deste imposto. Acerca do Plano de Mobilidade Urbana disse não ver inscrito no plano aprovado em sessão camarária o prolongamento da carreira dos STCP até Sampaio e perguntou se o Presidente da Junta tinha sido consultado. Quanto ao cruzamento junto à Escola do Carvalho, questionou o Presidente da Junta se pretende tomar alguma ação junto da Câmara e por último quanto às obras na Rua Padre Avelino Ascensão, criticou a negligência camarária na programação da intervenção da rua e a reposição do piso (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número um**, fazendo parte integrante da mesma). -----

De seguida usou da palavra Carla Sousa do Bloco de Esquerda (doravante designado BE) para solicitar ao Presidente da Junta, dada a ausência de resposta aos requerimentos feitos na anterior legislatura, que clarificasse os custos das iniciativas, realizadas em 2017: Noite Branca, Sun Water Slider e Romaria de Santa Rita. Solicitou ainda informações nomeadamente sobre o inventário do Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicílio, Inventários dos Lavadouros e Fontanários e sua a salubridade e o compromisso de pagamento assumido pela Associação Empresarial de Valongo. Carla Sousa (BE), congratulou-se ainda pelo facto duma das reivindicações do BE, a colocação de passeios na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, de estar a concretizar-se. Sugериu também que a Junta de Freguesia e Câmara Municipal articulem os meios e esforços de forma a solucionar definitivamente os problemas de abastecimento de água dos lavadouros dos Montes da Costa. Demonstrou ainda preocupação por incompreensivelmente não haver nenhum contentor do lixo, mollock ou Eco ponto na zona industrial de Ermesinde, junto do lugar dos 4 Caminhos. Ainda na sua intervenção sugeriu que se procedesse a



uma análise e avaliação técnica para uma possível intervenção nas margens do rio Balsinha de forma a minimizar os incómodos para a população local resultante de eventual transbordo do rio. De seguida e referindo-se às reuniões da junta, não obstante da afixação pública do aviso das reuniões, sugeriu que a mesma seja divulgada, com a respetiva ordem de trabalhos, junto dos membros da Assembleia de Freguesia através do correio eletrónico (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número dois**, fazendo parte integrante da mesma). Ainda durante esta intervenção Carla Sousa (BE) apresentou uma recomendação sobre o acesso universal ao consumo da água dizendo ser umas das exigências fundamentais da cidadania. Referiu que o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, adotou o acesso à água potável segura e ao saneamento como um direito, um direito à vida e à dignidade. Lembrou ainda que recentemente o Decreto – Lei 147/2017 de 5 de dezembro estabeleceu o regime da tarifa social a aplicar às pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviço de águas e que se encontram em situação de carência económica. Pelo exposto propôs que a Assembleia de Freguesia aprovasse uma recomendação ao Executivo da Junta de Freguesia para que pressione o Executivo Camarário a desencadear com urgência os procedimentos tendentes à adesão ao regime de tarifa social da água e a sua implementação automatizada a todos os consumidores abrangidos (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número três**, fazendo parte integrante da mesma). No fim da sua intervenção Carla Sousa (BE) entregou ao Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia um requerimento do BE onde pede esclarecimentos ao Presidente da Junta sobre os custos da Noite Branca, custos da iniciativa Sun Water 2017; gastos com a Romaria de Santa Rita, ponto de situação da devolução por parte da Associação Empresarial de Valongo de 7000 euros avançados pela Junta de Freguesia e cedidos para as festividades do natal e solicita o inventário de lavadouros e fontanários públicos (este requerimento fica anexado à presente ata como **Anexo número quatro**, fazendo parte integrante da mesma). -----

De seguida Esmeralda Carvalho tomou a palavra para dizer que os membros do PS nesta Assembleia manifestavam o seu apreço ao Executivo da Junta de Freguesia pela forma célere e consistente como encontrou solução para dar continuidade à resposta no âmbito da Componente de Apoio à Família – CAF's e das Atividades de Animação e Apoio à Família – AAAF's. Afirmou ainda que o Executivo, perante os pareceres da CCDRN e da ANAFRE que consideravam como ilegal o protocolo firmado entre a Junta e a Sójovem, foi obrigado a denunciar o protocolo com a Sójovem e sucessivamente o contrato inter administrativo que mantinha com a Câmara Municipal de Valongo. Esmeralda Carvalho (PS) disse que contrariamente ao afirmado pelo PSD na Assembleia Extraordinária de 14 Novembro passado, o



executivo não despediu qualquer colaborador afeto às respostas elencadas, (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número cinco**, fazendo parte integrante da mesma).-----

Seguidamente Catarina Barbosa do Centro Democrático Social – Partido Popular (doravante designado de CDS-PP) interveio para dizer que o CDS PP ficou consternado ao tomar conhecimento que uma das medidas do orçamento da Câmara Municipal de Valongo para 2018 seria o aumento do IMI em quase 15% e consideraram uma medida altamente reprovável pois irá afetar muito as famílias e as empresas de Ermesinde, atacando a poupança e o investimento. Face ao que expôs, questionou o Presidente da Junta acerca do seu sentido de voto sobre esta matéria na Assembleia Municipal, (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número seis**, fazendo parte integrante da mesma). -----

O Presidente da Mesa, antes de dar a palavra a João Morgado, Presidente da Junta, respondeu a Deolindo Caetano (CDU), dizendo que quanto à intervenção do público não tinha presente a lei, isto é, se o público nas reuniões extraordinárias podia ou não intervir, pelo que ia analisar e depois responderia por email. -----

De seguida o Presidente da Junta, começou por dizer que ia responder de forma individualizada. Quanto à questão levantada por Deolindo Caetano (CDU), no que respeita ao protocolo da Sójóvem disse que o executivo se limitou a cumprir um parecer que afirmava a ilegalidade do protocolo. Afirmou que cumpriram os pareceres da CCDRN, da ANAFRE e dos advogados que consultaram e que iam no sentido de que deviam denunciar o protocolo por ser ilegal. Quanto ao IMI, o Presidente da Junta, disse que percebia e compreendia que não era fácil aos valonguenses pagarem mais IMI, até porque também ia pagar. Disse ainda que a justificação dada pelo executivo camarário para este aumento que resultará numa verba de cerca de 3 milhões de euros que será alocada à reparação de escolas, de arruamentos e alguma parte às zonas envolventes aos bairros sociais. Quanto à carreira de transportes para Sampaio o Presidente da Junta reafirmou que a pretensão do executivo é levar o autocarro até Sampaio e Mirante de Sonhos. Informou ainda que esta pretensão, necessidade de transportar as pessoas destes empreendimentos sociais, já foi abordada por várias vezes com a Câmara Municipal de Valongo e que esta, junto da autoridade metropolitana de transportes iriam fazer um estudo no sentido de saber quanto custaria à câmara, anualmente, garantir este tipo de transporte. Ainda relativamente a esta questão informou estar em estudo uma alternativa com uma empresa privada. No que diz respeito ao cruzamento da rua do Carvalhal, diz que vai levantar novamente a questão no sentido de arranjar-se, eventualmente, outra solução para o trânsito neste cruzamento, pois a solução atual, na altura considerada a mais adequada, foi sugerida pelo Bloco de Esquerda. O Presidente da



Junta, respondendo a Deolindo Caetano (CDU) disse que a intervenção na Rua Padre Ascensão foi efetuada pela Be Water e que se tinha percebido logo no início o desejo da população em que fosse colocado betuminoso. Referiu por razões que talvez tivessem a ver com a não existência de verbas que agora foram alocadas no orçamento de 2018 não foi colocado o betuminoso, sendo que há uma ou duas semanas foi entregue a um consórcio a obra desta rua e de outras, recusando-se a fazer comentários quanto ao atraso das mesmas pois não vira escrito em lado nenhum que as mesmas não avançaram mais cedo para não prejudicar as pessoas na época natalícia, mas admite que possa ter sido. Respondendo a Carla Sousa (BE) disse que o executivo ia responder ao requerimento, para o Presidente da Assembleia e todos os grupos Parlamentares. Quanto aos passeios na Avenida Eng. Duarte Pacheco serem só dum dos lados, acha que terá a ver com a segurança das pessoas porque talvez aquela via com 2 passeios ficaria mais condicionada, mas que poderia saber. Iria também colocar junto da Câmara a necessidade da pintura das passadeiras e da sinalização de aproximação das mesmas. Quanto à inexistência de moloks na zona industrial de Ermesinde, disse que iria fazer ver à Câmara Municipal da necessidade de colocação de moloks, pois é uma zona complicada porque é naquela zona que se depositam os sacos das varreduras que depois à noite são recolhidos pelos camiões da empresa que faz a varredura. Espera sensibilizar os vereadores Paulo Ferreira e José Delgado levando-os ao local para ver se consegue arranjar uma solução que minimize aquele mau ambiente. Relativamente ao rio Balsinha, apesar de não ter conhecimento de qualquer inundação, depois da última intervenção, diz que pode levantar a questão se o rio Balsinha precisa ou não, de nova intervenção para minimizar os incómodos às pessoas de eventual transbordo que o rio possa causar. No que diz respeito às podas, o Presidente da Junta, disse já ter posto numa reunião a hipótese de haver um plano municipal de podas, até porque os técnicos de podas não são muitos. Acha que devia haver um plano e um gabinete que desse formação aos jardineiros. Afirmou ainda que deve haver um plano municipal de podas até para que em ruas que fazem fronteira com outra freguesia não acontecer árvores duma determinada freguesia serem podadas e as da parte pertencente à outra não o serem. Quanto às reuniões do executivo declarou que o dia da reunião era o mesmo do mandato anterior, isto é, 1ª quarta- feira de cada mês e que as convocatórias das mesmas além de seguirem por correio eletrónico para os membros do executivo também seguiriam para os membros da assembleia de freguesia com a data, hora e respetiva ordem de trabalhos. Relativamente à tarifa social da água, diz que se não há, vai haver tarifa social para as famílias carenciadas de Ermesinde e concelho de Valongo, mas iria esclarecer a questão junto da Câmara. -----



Seguidamente Carla Sousa (BE) em relação à tarifa social da água, observou se a recomendação poderia ir à aprovação da Assembleia e naturalmente votada. -----

O Presidente da Mesa de Assembleia, respondeu dizendo que normalmente, pela experiência que tinha da Assembleia Municipal uma recomendação não era votada. -----

De seguida Deolindo Caetano (CDU) interpelou o Presidente da Junta, dizendo que no programa eleitoral do mesmo enquanto candidato à junta estava expresso no último folheto que lançou durante a campanha a ligação a Sampaio e não constava no plano. Como o plano de mobilidade do concelho iria ser aprovado no dia seguinte em assembleia municipal, duvidava que depois de aprovado o referido plano se fizesse a extensão ao bairro de Sampaio. Quanto ao IMI diz perceber a justificação dada pelo Presidente da Junta, pois foi a justificação dada pelo Presidente da Câmara, que era para arranjar verba para investimentos. Também percebia qual o porquê de se aumentar o IMI no primeiro ano de mandato tanto mais que no mandato anterior a Câmara Municipal baixou o IMI. Agora a população pergunta porquê, logo que tomou posse e com maioria absoluta faz um aumento de 15% no IMI até porque, segundo Deolindo Caetano (CDU), as condições financeiras da Câmara Municipal estão mais saudáveis depois de terem entrado, no ano de 2017, nos cofres da Câmara 4,5 milhões de euros sem contar, o que obrigou a um orçamento retificativo e ter já um acordo bancário para sair do PAEL pelo que reafirma o porquê do aumento de 15% do IMI. Relativamente à tarifa da água diz que o Presidente da Junta no dia seguinte iria aprovar na Assembleia Municipal não a tarifa social, mas sim um aumento no preço da água de 3% para os domésticos e de 42% para os não domésticos, quando a inflação ao consumidor foi de 1,1%. Quanto ao sentido de voto do Presidente da Junta, na Assembleia Municipal, já anunciado pelo mesmo, disse achar muito bem a solidariedade política, mas primeiro estavam os habitantes, e questionou o Presidente da Junta se concordava com o aumento de 15% do IMI quando os concelhos vizinhos vão no sentido contrário, isto é, a baixar taxas e tabelas quer do IMI quer da água. De seguida não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa, deu início à ordem de trabalhos, sendo que o **Ponto um** já tinha sido cumprido, tomada de posse de Sónia Silva. -----

Ponto dois: Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior. -----

Posta à discussão e não havendo intervenções sobre a Ata, passou-se à votação da mesma, sendo aprovada por unanimidade. -----

Ponto três: Discussão e votação do Regulamento de Atribuição de subsídios. -----



Carla Sousa (BE) tomou a palavra e começou por dizer que segundo o próprio regulamento a recomendação devia ser votada. O Presidente da Mesa, respondeu dizendo que ia seguir os trâmites normais. Carla Sousa (BE) retomou a intervenção focando-se no regulamento de atribuição de subsídios considerando uma evolução positiva a alteração da data de candidatura para janeiro, fazendo corresponder o início do processo de candidatura com o ano civil. Esperava que todas as associações tivessem sido ouvidas neste processo de recreação de um novo regulamento. Defendeu a constituição de regulamentos diferenciados em função das competências sociais que desenvolvem (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número sete**, fazendo parte integrante da mesma). -----

De seguida Sónia Silva (PSD) pediu que lhe fosse esclarecido quais foram as alterações efetuadas relativamente ao regulamento de 2012. -----

Seguidamente o Presidente da Mesa, deu a palavra ao Presidente da Junta que afirmou que este regulamento visava deixar de andar pontualmente a atribuir subsídios às associações e ultrapassar, como aconteceu no ano de 2017, os valores inscritos inicialmente para subsídios. Em resposta a Carla Sousa (BE) disse que todas as associações podiam concorrer aos subsídios, mas sublinhou que há associações que não deviam concorrer porque não tem orçamento nem relatório de contas. Quanto às questões postas por Sónia Silva (PSD) disse que houve duas alterações, a data da candidatura, para o primeiro mês do ano civil permitindo às associações que fecham contas a 31 de Dezembro ter plano de atividades para o ano civil e a simplificação dos documentos a entregar que são os chamados anexos e que o executivo pretende privilegiar por razões diversas quem colabora nas iniciativas da Junta. Referiu que todas as associações podem colaborar, por exemplo, com um passeio a pé, se forem patrocinados, levarem o nome da junta, numa bandeira, numa camisola, estando deste modo a participar nas iniciativas da Junta. Afirmou que o executivo tem uma verba para subsídios e pretende que a mesma não seja ultrapassada este ano e se continuar com a prática que tem seguido chegará ao mês de Junho e já não terá subsídios para entregar às coletividades. Não havendo mais intervenções, passou-se à votação sendo o regulamento aprovado por maioria, 11 votos a favor (10 PS e 1 CDU) e 8 abstenções (5 PSD, 2 CDS-PP e 1 BE). Sónia Silva (PSD), entregou na Mesa uma declaração de voto (esta declaração fica anexada à presente ata como **Anexo número oito**, fazendo parte integrante da mesma). -----



Ponto quatro: Deliberação sobre congelamento da atualização das taxas para 2018, de acordo com a Deliberação da Junta -----

De seguida, o Presidente da Mesa, deu a palavra a Carla Sousa (BE) que disse querer congratular o executivo pela manutenção das taxas ao arrefio da tendência municipal que aproveita a maioria absoluta para taxar e aumentar os impostos duma forma drástica incluindo o aumento de mais 70 lugares de estacionamento pago em Ermesinde. -----

De seguida usou da palavra Deolindo Caetano (CDU) para questionar o executivo se podia garantir à Assembleia de Freguesia que vai cumprir aquilo que foi prometido em campanha eleitoral, que algumas taxas iriam desaparecer ou serem isentas e o abaixamento de outras, era o que gostava de saber, se a promessa era para se manter. -----

O Presidente da Junta, respondendo a Deolindo Caetano (CDU) disse que a deliberação não suscitava qualquer dúvida e que era verdade que está no plano para este ano a criação duma comissão para revisão e estudo das taxas e pagamentos das licenças da freguesia. Afirmou ainda que o que está no programa do Partido Socialista é a revisão do regulamento dos cemitérios e tabelas de taxas e licenças tornando-os mais justos e equilibrados, através da reavaliação do sistema de isenções, de clarificação de procedimentos relativo à liquidação e cobrança, entre outros e em parte nenhuma se diz que se vai isentar, diminuir, ou aumentar taxas relativas aos cemitérios, o que se diz é que se vai proceder à revisão do regulamento. - Deolindo Caetano (CDU) usando novamente da palavra solicitou ao Presidente da Junta que clarificasse o que é que entendia por “através de reavaliação de sistema de isenções se vai reavaliar o sistema de isenções, se vai haver isenções que vão deixar de ser ou vai haver mais isenções”, sendo interrompido pelo Presidente de Junta, que afirmou que em lado nenhum se fala em isentar, mas sim reavaliar. -----

Seguidamente o Presidente da Mesa, pôs à votação este ponto sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Ponto cinco: Discussão e Votação do Mapa de Pessoal, Plano de atividades, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento 2018. -----

O Presidente da Mesa, deu a palavra a Carla Sousa (BE) para intervir sobre o ponto cinco da ordem de trabalhos que começou por perguntar ao executivo qual a razão de três vagas que existiam no quadro de pessoal de 2017 terem sido suprimidas no mapa de pessoal para 2018. Em relação ao plano de atividades e plano de investimentos viam com bons olhos a manutenção da proposta apresentada no



anterior mandato pelo Bloco de Esquerda de aumentar a eficiência energética nos edifícios públicos. Sobre o orçamento diz verificar uma diminuição da verba disponível para investimento. Carla Sousa (BE) referiu ainda que o PS não estaria ilibado de responsabilidades pelo excessivo gasto financeiro ocorrido no anterior mandato, conquanto foi conivente com os orçamentos apresentados, ao esquivar-se da sua responsabilidade com o voto de abstenção e recordou ainda os votos contra do Bloco de Esquerda, aos orçamentos apresentados, (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número nove**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Seguidamente Rui Almeida (CDS-PP) afirmou que o plano de atividades proposto pelo executivo da Junta de Freguesia não acrescentava nada de substancial às atividades prosseguidas em mandatos anteriores e esperava que as poucas propostas para 2018 não passassem de meras intenções. Lamentou o fato do executivo da Junta não ter conseguido a realização da corrida de S. Silvestre. No que diz respeito ao orçamento diz constatar-se uma diminuição de 300 000 euros resultante da diminuição das competências decorrentes da denúncia dos protocolos e consequentemente uma diminuição da política de proximidade. Perguntou ainda ao Presidente do executivo se o aumento de 15% do IMI estava refletido no orçamento. Se as receitas provenientes das taxas aplicáveis nos cemitérios refletiam ou não a revisão do regulamento e em caso afirmativo em que medida. Ainda no que diz respeito às receitas dos acordos de execução questionou se houve alteração das mesmas relativamente ao ano anterior (esta declaração fica anexada à presente ata, como **Anexo número dez**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Diogo Marquez (PSD) tomou a palavra começando por dizer que gostava de saber de que forma a revogação do protocolo com a Sójóvem afetou o montante do orçamento. Sobre as receitas queria saber o porquê da redução de 17 000 euros nos programas ocupacionais e qual a razão do acréscimo de 17 000 euros em bens e serviços na rubrica outras. Referindo-se à energia diz haver um valor de 5 000 euros de consumo e queria saber se o investimento em LED iria ou não afetar o consumo. Também, relativamente ao aumento de 6 000 euros no consumo de água Diogo Marquez (PSD) queria saber o que motiva o aumento. No que diz respeito à rubrica da polícia disse haver uma redução e perguntou de que forma é que se vai reduzir este serviço, até porque há um aumento na rubrica das empresas privadas, se uma é em detrimento da outra. Afirmou ainda que lhe parece que as atividades sociais, culturais e recreativas tem um valor relativamente próximo ou até maior que o do ano passado. Já quanto ao orçamento em particular nas transferências correntes referiu haver uma redução do valor a transferir, sendo que esta redução tem o decréscimo do protocolo da Sójóvem, mas em contrapartida tem acréscimo de 15 000 euros para instituições, mantendo o fundo social de



emergência com o mesmo valor, qual a razão, quando segundo Diogo Marquez (PSD) tanto quanto se sabia seria objetivo o reforço desta verba. Entende ainda que dado o conhecimento que há, o acordo de execução é insuficiente pelo que faria sentido procurar junto da Câmara Municipal o reforço da verba. -----

Seguidamente interveio Deolindo Caetano (CDU) que começou por dizer que estes documentos em discussão são da inteira responsabilidade do Partido Socialista e que o direito de oposição e seus contributos foram minorizados pelo executivo. Criticou o facto da proposta de orçamento e plano de atividades ter sido entregue somente com 24 horas de antecedência. Relativamente à questão financeira não percebe o constrangimento e o estado das finanças encontrado até porque o Partido Socialista segundo a CDU, esteve bem representado no executivo anterior e não haveria conhecimento de qualquer reserva à execução financeira do anterior presidente. Quanto às tabelas das licenças e taxas, sendo uma bandeira do candidato João Morgado, disse estar esquecido no documento, quando esperava que o mesmo apontasse para o abaixamento de algumas taxas e isenção de outras. No Desporto, Cultura e Tempos Livres, afirma que as propostas apresentadas são uma lista de intenções não programadas e não calendarizadas. Relativamente ao Mapa de Pessoal Deolindo Caetano (CDU) achou incompreensível que a Junta continue a recorrer a trabalhadores precários para suprir as necessidades permanentes, socorrendo-se dos chamados “contratos de inserção” para preenchimento de postos de trabalho permanentes, aos quais deveriam corresponder um vínculo permanente. Disse ainda que a oposição ao aumento do IMI, da água e saneamento deveria ser uma preocupação do Presidente da Junta. Não nega a legitimidade do executivo ser monocolor, mas a CDU tudo fará, mesmo com estas condições, para desenvolver o trabalho em prol das populações de Ermesinde (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número onze**, fazendo parte integrante da mesma). -----

De seguida Manuel Costa (PS) tomou a palavra e disse, no que se refere ao Mapa de Pessoal, Plano de Atividades e Plano Plurianual de Investimentos, que o Partido Socialista congratulava o executivo por ter apresentado um conjunto de documentos sérios, realistas e prudentes. Realçou a supressão das vagas anteriormente elencadas uma vez que não era previsível o seu preenchimento no ano de 2018. Quanto ao Plano de Atividades destacou entre outras a substituição da estrutura energética dos edifícios propriedade da Junta, início da revisão do Regulamento dos Cemitérios e das Tabelas de Taxas e licenças, ações de despoluição e requalificação do rio Leça, alteração do FES, implementação do projeto “Ermesinde Solidário” e criação de uma comissão de estudo para instalação do Museu da Cidade de Ermesinde. Referindo-se ao Plano Plurianual de Investimentos Manuel Costa (PS) disse que



os eleitos do PS gostariam de fazer um conjunto de investimento mais ambicioso, mas que como não podiam contar com o saldo da gerência anterior, muito próximo do nulo, devido à gestão menos prudente e rigorosa do executivo anterior, o atual executivo só podia afetar a investimento o excedente corrente da proposta de orçamento no valor total de 6 500 euros. Disse também que os eleitos do Partido Socialista mostravam o seu agrado e satisfação pelo rigor na construção do orçamento cumprindo todas as regras orçamentais determinadas na Lei 73/2013 de 3 de setembro (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número doze**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Seguidamente e para responder às questões postas usou da palavra Miguel Oliveira, Tesoureiro, que começou por dizer que os documentos apresentados foram objeto dum estudo aprofundado dos orçamentos apresentados em mandatos anteriores, mas também dos orçamentos previstos e da execução que lhes foi feita. No que se refere ao Mapa de Pessoal disse ter sido opção deste executivo retirar as 3 vagas que constavam do Mapa de Pessoal por não existir verba na rubrica dos vencimentos do quadro para suportar essas vagas e não fazia sentido manter as vagas quando não havia intenção de as ocupar. Disse ainda ser intenção do executivo de com tempo depois de garantir receita corrente para fazer face a despesa corrente, como é o caso dos vencimentos do pessoal do quadro, solicitar à Assembleia de Freguesia alteração do quadro de pessoal e subsequente abertura de concurso público. Quanto ao Plano de Investimentos, o Tesoureiro, disse que o executivo definiu uma linha de receita previsível certa e uma linha de despesa que não oscilasse e que não conduzisse a que no fim do ano de 2018 estivéssemos perante uma situação de descontrolo e desequilíbrio na balança orçamental. Afirmou ainda que 6 500 euros era efetivamente o excedente orçamental e por prudência o executivo não teve em conta eventual aumento de receita por via da alteração da taxa do IMI, além disso o executivo previa chegar a 31 de dezembro de 2017 com uma disponibilidade financeira muito próximo do zero, resultando daqui que não havia verba dos saldos transitados para injetar no PPI. No Plano de Atividades disse ser um plano que em virtude do orçamento disponível do ponto de vista da despesa pode garantir a sua execução, lembrando, no entanto, que o programa apresentado para o governo da cidade foi um programa a 4 anos e ao longo desses 4 anos tencionam cumpri-lo, considerando o mesmo um plano sério, exequível, consciente e ponderado que faz face de facto àquelas que são para o executivo as prioridades da cidade. Disse ainda, do ponto de vista da despesa, haver uma redução muito significativa, no orçamento de 2018 face a 2017, dando como exemplos redução na ordem dos 20% no consumo da fatura energética e 15% da fatura da água em função daquilo que foram os gastos reais da Junta de Freguesia. É um orçamento que pretende reduzir ao máximo as gorduras



excedentárias, estando todos os elementos do executivo a fazer esforços para se atingir esse objetivo. Disse também que no orçamento de 2018 estão contidos do ponto de vista da despesa compromissos de 2017 que não podiam ser respondidos com base na verba disponível. Em resposta ao Bloco de Esquerda e relativamente ao Mapa de Pessoal e à supressão das 3 vagas afirmou não ser uma garantia mas uma intenção de no futuro, depois de garantir receitas correntes para fazer face a despesas correntes, solicitar à Assembleia autorização para alterar o mapa de pessoal e respetiva abertura de concurso público. No que diz respeito às dificuldades sentidas pelos fregueses no atendimento telefónico na junta respondeu à Carla Sousa (BE) dizendo que essa questão estava a ser analisada pelo executivo e a serem tomadas algumas medidas no sentido de melhorar a resposta. Em relação aos dejetos dos animais o executivo tem tentado também alargar o âmbito da campanha saindo dos jardins públicos e indo para os espaços públicos. Quanto às propostas elencadas pelo Bloco de Esquerda elas não foram incluídas não porque não as considerassem mas de facto não era possível, tendo em conta que muitas delas deviam ser incluídas no PPI e de existir apenas a verba de 6 500 euros do excedente. Quanto à imaginação e criatividade disse o Tesoureiro que a mesma fazia muito jeito principalmente quando os recursos são exíguos e que tentam todos os dias recorrer à imaginação para sem ovos fazer omeletas. Relativamente às responsabilidades passadas do Partido Socialista nos executivos da Junta disse que o Partido Socialista não esquece a sua história nem o seu passado, reconhece-o, orgulha-se dele e que é um partido com uma história no processo democrático e na construção da democracia em Portugal e ser apanágio do Partido Socialista não inviabilizar os governos de quem vence. Em resposta a Rui Almeida (CDS-PP) disse que era com grande pena e tristeza que a corrida de S. Silvestre de 2017 não se ia realizar. A 18 de Outubro de 2017 perceberam que seria difícil já naquela altura alavancar a corrida de S. Silvestre. Contactaram o Club Zupper que disse ao executivo que em virtude do sucesso alcançado e das constrições de pessoal do próprio Club não era possível garantir e colaborar na organização da corrida de S. Silvestre obtendo o mesmo sucesso que ela teve com a participação de cerca de 1000 participantes no ano de 2016. Ainda segundo o Tesoureiro, o executivo contactou empresas que organizam este tipo de eventos mas os valores pedidos eram proibitivos. Nestas circunstâncias foi decidido não se organizar a corrida de 2017. Afirmou ainda que a diminuição do orçamento de 300 000 euros resulta do facto do executivo ter denunciado o protocolo com a Sójóvem e o contrato inter administrativo com a Câmara Municipal, deixando a Junta de Freguesia de ter recursos humanos para responder no âmbito das CAF's e das AAAF's pelo que as respostas foram devolvidas a quem tinha competência para as assegurar, AAAF's Câmara Municipal e CAF's agrupamentos escolares. À pergunta, se o aumento do IMI estava incluído no orçamento, segundo o Tesoureiro a resposta é não, sendo certo que se o aumento for aprovado irá haver um excedente na



receita do ponto de vista do IMI. No caso das taxas dos cemitérios também não está prevista a revisão das taxas porque ela ainda não foi feita. Também em relação aos acordos de execução, não há alterações, os valores inscritos têm por base os dados que existiam à data da realização do orçamento. À questão de Diogo Marquez (PSD) se a denuncia do protocolo com a Sójóvem influenciava o orçamento foi dito que sim. Quanto aos programas ocupacionais as verbas vêm do Instituto de Emprego e Formação Profissional; na rubrica Serviços específicos da autarquia, sendo genérica, esta contempla os cemitérios, exumações e outras, embora seja genérica estariam depois descritas nas rubricas subsequentes; o valor de 17 612 euros inscritos na rubrica 0702080299, *Venda de Serviços – Outras*, dizem respeito essencialmente ao campo de férias. Na parte da despesa a rubrica 0202, *Aquisição de serviços*, consumo de energia e água, face ao executado, são respetivamente inferior a 15% e 20%, consumo de gás é residual e limpeza e higiene refere-se à varredura dos arruamentos e ruas da cidade. Em relação à rubrica 020214 - *Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria*, o valor inscrito contem a avença para a Gesnort que presta assessoria em termos de contabilidade e o excedente destina-se para uma eventual avença com um escritório de advogados. No que diz respeito à polícia disse não haver redução pois a resposta é a mesma. Quanto à rubrica Empresas de Segurança, esta diz respeito à Santa Rita, pois no ano passado o pessoal da Junta que ao arripio se calhar das suas próprias competências não teve disponibilidade para assegurar a segurança dos palcos, do equipamento de som e luz afeto ao palco principal, e na eventualidade da mesma contingência se verificar decidiram manter o mesmo valor. Quanto à intervenção de Deolindo Caetano (CDU), que criticou o facto do dia internacional da mulher não estar referido no plano de atividades, o Tesoureiro disse ter sido uma falha no Plano de Atividades, mas jamais o executivo se esqueceria do dia da mulher, mas a sua realização irá ser feita em moldes diferentes do ano passado. Registou, ainda, com apreço a preocupação e disponibilidade de Deolindo Caetano (CDU) em auxiliar o executivo.-----

Seguidamente Rui Almeida (CDS-PP) usou da palavra para dizer que o Tesoureiro, não tinha respondido à questão sobre os acordos de execução, ou seja, se no caso de não haver alteração à verba constante da rubrica dos acordos de execução, se o executivo tinha procedido a algum tipo de diligência junto do município para rever o aumento das verbas a transferir. Pediu ainda para o Tesoureiro precisar em que data contactou o Club Zupper com vista a eventual parceria para a realização no decurso deste ano da prova de S. Silvestre. -----

De seguida Diogo Marquez (PSD) agradeceu a explicação acerca da construção do orçamento ser feita com base na despesa anterior. Relativamente às opções e só para ter certeza pediu a confirmação se pareceres e avenças eram uma opção. Achou ainda que ficou sem resposta a questão das instituições



sem fins lucrativos terem passado para 25 000 euros, se a verba alocada é fruto da despesa que foi feita o ano passado ou se é uma opção no seguimento do compromisso que há-de reforçar este tipo de protocolos e se também o não reforço do fundo de emergência social se esse sim também é fruto de constrangimentos. -----

Deolindo Caetano (CDU) tomou a palavra para dizer e em relação aos esclarecimentos que o Tesoureiro deu sobre o orçamento que há questões que o levam a refletir, nomeadamente a parte final da intervenção. Disse compreender que um orçamento tem que ser feito com rigor, pois são dinheiros públicos que devem ser bem utilizados; compreende também que as empresas de contabilidade façam recomendações, mas tudo isto é a parte técnica, mas o executivo, parte política, não está subordinada aos técnicos de contabilidade e fica preocupado quando o Tesoureiro diz que o orçamento foi feito essencialmente pela Gesnort. Deolindo Caetano (CDU) afirmou, ainda, que todos os gastos têm de estar cabimentados, agora na preparação dos orçamentos, a utilização das médias dos 24 meses, são recomendações e não ordens. -----

Para responder tomou a palavra o Tesoureiro que começou por responder a Rui Almeida (CDS-PP) sobre a questão se o executivo tinha feito alguma diligência junto da Câmara Municipal de Valongo no sentido de rever os acordos de execução, disse que a resposta era sim. O executivo tinha reunido com a Câmara Municipal de Valongo no sentido de dar conta de que as verbas transferidas no âmbito dos acordos de execução e adstritas a um conjunto de respostas deveriam ser revistas, clarificadas e reanalisados inclusive os cadernos de encargos. Quanto à data exata do contacto com o Club Zupper não sabia de cabeça qual a data precisa, mas que faria chegar a resposta por email. Relativamente à Gesnorte e apoio jurídico foi uma opção alargar a dotação da rubrica para fazer face a pareceres jurídicos, pois entende ser recomendável que o executivo tome decisões alicerçadas em pareceres jurídicos e pareceres de contabilidade. No que diz respeito à verba de 19 200 euros, *Pessoal em regime de tarefa ou avença*, o Partido Socialista entende como outros partidos à esquerda que para tarefas permanentes devem ser garantidos postos de trabalho permanentes. Contudo e até se garantir receita corrente para fazer face a despesa corrente o executivo para fazer face às necessidades, a projetos que podem ser assegurados independentemente do horário de trabalho e independentemente do local de trabalho irá recorrer à prestação de serviços avençados de uma forma transitória que permita a breve trecho regularizar de certa forma estas prestações laborais. Quanto ao reforço da verba para instituições e coletividades o executado em 2017 foi de 28 340,23 euros, sendo forte objetivo do executivo reduzir os apoios pontuais, protocolando tudo, dando certeza ao orçamento e execução sob o ponto de vista da receita mas também da despesa. No que diz respeito ao Fundo de Emergência



Social o Tesoureiro, afirmou que o FES não foi totalmente executado, se calhar nunca o foi, sendo objetivo do executivo executá-lo a 100%. Relativamente ao PPI – aplicações móveis-novo site, o executivo submeteu uma candidatura junto do Instituto Superior de Engenharia do Porto para que dentro do seu departamento de engenharia informática, alocasse no âmbito dos seus programas de estágios curriculares, estudantes mais do que avalizados na construção de plataformas eletrónicas e aplicações móveis, que dentro do seu estágio curricular desenvolvessem este conjunto de aplicações. O Tesoureiro respondeu a Deolindo Caetano (CDU) dizendo que talvez não se tenha explicado bem e por isso se retratava. Disse que não foi a Gesnort que elaborou o orçamento, somente fez o esqueleto, sendo que as rubricas, a dotação, os valores, as opções políticas foram tomadas pelo executivo. -----

Seguidamente o Presidente da Mesa e não havendo mais intervenções pôs à votação o ponto em discussão sendo aprovado por maioria, com 10 votos a favor do PS e 9 abstenções (5 PSD, 2 CDS, 1 CDU e 1 BE). -----

De seguida Diogo Marquez tomou a palavra para fazer uma declaração de voto a dizer que o PSD não concordava com a forma como orçamento e Plano de Atividades são apresentados. Referiu também que a expressão “grande contenção orçamental” faz antever uma redução drástica no total das despesas correntes, nomeadamente nas despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes e outras despesas correntes. Criticou também o facto do Fundo de Emergência Social cujo aumento foi reclamado pelo Partido Socialista, manter a verba inalterada bem como o montante previsto a transferir pela Câmara Municipal para a realização dos acordos de execução ser idêntica à do ano passado (esta declaração fica anexada à presente ata como **Anexo número treze**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Ponto seis: Autorização para Compromisso plurianual relativo à aquisição de serviços de “Limpeza Urbana nos arruamentos e Infraestruturas da Freguesia de Ermesinde”. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra a Carla Sousa (BE) que sobre este ponto disse que tendo em conta que o valor base de 576 000 euros ser ligeiramente superior ao contrato anterior e o reconhecimento de falhas no serviço prestado, que um dos argumentos para a ineficácia do serviço era o valor baixo e que o período de vigência ser de 4 anos, questionou se o valor advindo da delegação da competência foi renegociado, que serviços foram contratualizados, que garantias irá a Junta de Freguesia exigir e sendo o contrato de 4 anos (2018, 2019, 2020 e 2021) por que razão ainda em 2022 se está pagar este serviço (esta declaração fica anexada à presente ata, como **Anexo número catorze**, fazendo parte integrante da mesma). -----



De seguida Deolindo Caetano (CDU) usou da palavra para dizer que a CDU não concordava que os serviços públicos fossem concessionados a empresas privadas e que se façam privatizações encapotadas de serviços que deveriam ser feitos pela Câmara ou pela Junta de Freguesia. Disse ainda que pelas contas que fez o valor anual a pagar 144.000 €, com trabalhadores a receber o salário mínimo, com os encargos da segurança social dá uma média de 6 trabalhadores e pergunta se é garantido que as ruas e valetas de Ermesinde ficarão limpas. Outra dúvida que tem e que julga ser mais grave, no plano plurianual da Câmara Municipal só estão alocadas verbas para os contratos de concessão até 2020. Perguntou se a junta vai lançar um concurso para um prazo em que a junta não tem a certeza que vai ter verbas transferidas da Câmara para este concurso, pois tanto no plano plurianual da Câmara e de acordo com a Lei o contrato termina em meados de Outubro de 2021 e o contrato a pôr a concurso vai até 2022. -----

Seguidamente Rui Almeida (CDS-PP) considerou que a limpeza urbana consome uma verba do orçamento anual da Junta de Freguesia de cerca de 17,5%, entende também que a verba transferida pela Câmara Municipal de Valongo é insuficiente para a prossecução com a qualidade e eficiência exigíveis para os serviços. Colocou ainda grandes reservas na assunção pela Junta de Freguesia de um compromisso plurianual de 4 anos (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número quinze**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Não havendo mais intervenções sobre este ponto o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta que disse que o contrato com a empresa que procede à varredura e à retirada das ervas nas vias públicas termina a 10 de janeiro e portanto o executivo teve que fazer ajuste direto até 3 meses, permitindo, assim, a abertura do concurso com tempo, garantindo espaço para o executivo conversar com a Câmara no sentido de haver algum reforço da verba para os acordos de execução. Afirmou ainda que não seria tão linear que o reforço de verba fosse para uma nova varredura até porque o valor transferido para a varredura não tem nada a ver com o executado, referindo também que o deficit não estava na varredura, mas muito provavelmente nos jardins e nas pequenas reparações das escolas. --

Em resposta a Carla Sousa (BE) o Presidente da Junta disse que o valor encontrado de 12 000 euros mês é ligeiramente superior ao valor pago até agora, mas aqui o valor referido inclui alguns trabalhos que estavam a ser pagos por fora, nomeadamente a limpeza e desinfeção dos tanques, limpeza e desinfeção dos túneis, túnel da CP e túnel da “Choca”. Quanto ao contrato ser de 4 anos justificou por duas razões, a 1ª razão por, na ótica do executivo, se uma empresa cotada no mercado tiver a garantia que o serviço vai ser por 4 anos, naturalmente estará mais disponível para fazer preços mais baixos. A



2ª razão é o executivo entender ser mais saudável para quem suceder em 2021 ter tempo suficiente para perceber como é que a Junta funciona e não ter meia dúzia de meses depois andar a fazer ajustes diretos mas sim ter a possibilidade de fazer um contrato plurianual. Os contratos não são estanques, são renovados automaticamente, pois os acordos de execução dizem que o período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal e que os acordos consideram-se renovados após a instalação da Assembleia Municipal. O Presidente da Junta referiu as dificuldades de quem está na oposição, durante a campanha eleitoral, contactar com os colaboradores da Junta de Freguesia, com a maior parte das associações e coletividades que colaboram com a Junta de Freguesia, porque as pessoas não se disponibilizavam, como aconteceu com o Zupper, diferentemente não aconteceu com as empresas de varredura porque quer durante a campanha eleitoral quer já como executivo as primeiras reuniões havidas, foram efetivamente com as empresas que podiam fornecer este tipo de serviço de forma a chegar-se a janeiro e haver alguma garantia que o serviço seria feito dentro das limitações no que respeita às verbas atribuídas pelos acordos de execução. Deolindo Caetano (CDU) diz não ter percebido essa da oposição. João Morgado, Presidente da Junta, afirmou que a única coisa que disse é que quem está na oposição, durante a campanha eleitoral gostava muito de reunir com os colaboradores das Juntas, reunir com as empresas que prestam serviço, associações e coletividades que fazem parcerias e não conseguem reuniões com as empresas ou coletividades que prestam serviços porque estas não se prontificam a reunir com a oposição. Disse ainda ter tido muitas dificuldades para reunir com muitas associações nomeadamente com o Zupper, sendo isto uma das razões porque não se faz a corrida de S. Silvestre. -----

O Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções, pôs à votação este ponto, sendo aprovado por maioria 10 votos a favor do PS, 1 voto contra da CDU e 8 abstenções (5 PSD, 2 CDS e 1 BE). -----

Ponto sete: Relatório de Atividades da Junta -----

O Presidente da Mesa deu a palavra a Carla Sousa (BE) que começou por perguntar ao executivo qual era o período temporal do relatório, se de Outubro a Dezembro ou mês corrente. Relativamente ao Meio Ambiente, entre outras, perguntou que monitorização tem sido feita no desenvolvimento da campanha de Comportamento Adequado, Cidade Asseada; qual tipo de planificação estava previsto para o processo de podas e o que se prevê e para quando está prevista a intervenção de parceria com o CREPorto. No que diz respeito à Ação Social questionou qual a origem dos produtos transacionadas nas lojas sociais, quais as associações locais a quem se atribui bacalhau para compor cabazes alimentares e quantas famílias foram abrangidas. Disse ainda, pretender, que o Sr. Presidente da Junta



de Freguesia clarificasse a posição adotada na última Assembleia Municipal em que o PS, numa das primeiras medidas do mandato taxar mais cerca de 70 lugares de estacionamento (esta intervenção fica anexada à presente ata como **Anexo número dezasseis**, fazendo parte integrante da mesma). ----

Seguidamente tomou a palavra Deolindo Caetano (CDU) para intervir sobre o relatório de atividades, reconhecendo não ser o momento para discutir o tema, mas achava que as lojas sociais precisavam duma discussão séria com todos os partidos sobre o seu arrendamento, funcionamento e para que servem atualmente. As lojas sociais para Deolindo Caetano (CDU), apesar de saber o fundamento das mesmas, não o convenceram do proveito que isso tem pelo menos na cidade de Ermesinde e acha haver necessidade de alteração séria até porque se destinam a apoiar pessoas carentes e que o devemos continuar a fazer, com qualidade e rigor também. Relativamente a um depósito a prazo, afirmou que o mesmo anda a ser mexido desde Setembro, tendo sido levantados 30 000 euros antes do relatório de Setembro. Questionou se o levantamento de 25 000 feito no período do relatório de atividades era da responsabilidade do executivo em funções. Ainda, analisando as entradas e saídas de caixa, perguntou como é que a Junta iria pagar os salários e se depois de 5 de dezembro, quando foi fechado o caixa, houve mais alguma transferência ou da Câmara ou do próprio Estado. -----

De seguida o Presidente da Junta respondeu a Carla Sousa (BE) dizendo que o relatório descreve as atividades de setembro a dezembro. No que diz respeito à requalificação do rio Leça disse haver uma organização não governamental da cidade do Porto, que se disponibilizou para elaborar um estudo e financiar a requalificação das margens do rio, entendendo no entanto que o rio deve ser requalificado no seu todo até pela importância que o mesmo tem no distrito do Porto, pois é o único e o maior da bacia hidrográfica do Porto. Essa organização e o executivo acham que a requalificação deve ser empreendida pelos concelhos de Stº Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos, sendo no que diz respeito a Ermesinde a ajuda passaria além do embelezamento das margens, pela construção de um passadiço. O Presidente da Junta, em relação à entrega de bacalhaus, disse que foi entregue à ADRA, à Associação do Caminho Suave e à Conferência S. Vicente de Paulo, referindo que houve muito cuidado na atribuição tendo em conta o número de pessoas do agregado familiar pois não faria sentido entregar a mesma quantidade de bacalhau a famílias quer fosse composta de uma ou mais pessoas. Quanto às lojas sociais, questão levantada por Deolindo Caetano (CDU) disse que também tem algumas reticências quanto ao seu funcionamento, nomeadamente a forma como algumas pessoas se aproveitam do mesmo para venderem os seus bens à troca de dinheiro. Considerou também, talvez haver necessidade de rever o funcionamento das lojas sociais de forma que as mesmas sirvam exatamente e apenas as pessoas carenciadas. -----



Seguidamente o Tesoureiro e respondendo a uma dúvida de Deolindo Caetano (CDU) sobre levantamento de 25 000 euros, disse que tinha sido este executivo a recorrer ao depósito a prazo fazendo um levantamento de 25 000 euros, para fazer face a despesa corrente, informando ainda que seria dada autorização para se levantar o remanescente para fazer também face a despesa corrente, salários e a compromissos assumidos. -----

Seguidamente o Presidente da Mesa pôs em votação as minutas das deliberações, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade. Antes de encerrar a sessão pôs à discussão uma recomendação proposta pelo Bloco de Esquerda, que não foi, por lapso, posta antes, acerca do acesso universal ao consumo de água, **anexo nº 3**, sendo votada por unanimidade a admissão à discussão. De seguida e para intervir sobre esta recomendação usou da palavra Deolindo Caetano (CDU) que começou por dizer que ia votar favoravelmente a recomendação, apesar de julgar que mesmo que o Sr. Presidente da Junta fizesse muita pressão e conseguisse levar o presidente da Câmara a concordar não já iria a tempo porque no dia seguinte iria ser assinada a 3ª adenda à concessão da água e não haveria tarifa social, mas um aumento de 3% no preço da água. Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa pôs em Votação a Recomendação sendo a mesma Aprovada por Unanimidade. -----

João Morgado, Presidente da Junta, tomou a palavra para desejar a todos um bom ano de 2018. ----

Josué Morais, Presidente da Mesa, desejou Boas Festas e um Bom Ano, em nome próprio e da Mesa da Assembleia e deu a sessão por encerrada. -----

O Presidente: _____

O Primeiro secretário: _____

O Segundo Secretário: _____

Antes da Ordem do Dia

Senhor Presidente da AF, senhores membros da AF, senhor Presidente da JF e seu executivo, público. A todos Boa Noite.

Começo por pôr uma questão ao senhor Presidente da AF: Na última reunião da AF, não foi dada palavra ao público. A justificação foi que tratava-se de uma assembleia extraordinária, o público não podia intervir.

Ora consultando o art.º 23º do regimento em vigor e o nº 1 do art.º 49º da lei 75/2013, a minha leitura é que nestes termos deve ser dada a palavra ao público nas sessões extraordinárias da AF. O referido articulado não diferencia o tipo de assembleia.

Corrija-me Senhor Presidente da AF se estou enganado!

Agora senhor presidente da AF queria questionar através de V.Exª o Senhor Presidente da Junta e obter respostas para as seguintes questões.

Protocolo da Só Jovem, não acha Senhor Presidente que a denúncia deste protocolo não foi bem esclarecida? Como é que explica que o mesmo protocolo denunciado pela Junta venha o mesmo a ser subscrito pela Câmara. Então existe ou existia ilegalidades e em que medida foram supridas?

IMI, o que pensa o senhor Presidente da Junta do aumento de 15% da tabela do IMI que será aprovada em reunião da AM. É ou não verdade que a freguesia mais afectada será a de Ermesinde, devido ao maior número de fogos e ao preço das habitações, concorda com este aumento e votará favoravelmente na AM.

Plano de Mobilidade Urbana, uma das suas promessas em campanha era levar a carreira dos STCP à zona dos bairros de Sampaio. Ora consultando este plano aprovado em sessão camarária não vislumbro que haja o prolongamento desta carreira. Foi o senhor Presidente consultado e que ações desenvolveu.

Cruzamento junto à Escola do Carvalhal, este cruzamento deve merecer uma intervenção para amenizar os acidentes que vem sendo recorrentes. Pretende tomar alguma ação junto da Câmara?

Rua Padre Avelino Ascensão, como é que foi possível tamanha negligência na programação da intervenção da rua e a reposição do piso. Valeu as redes sociais para fazer os responsáveis do executivo camarário arrepiar caminho. Agora deixe-me que lhe diga senhor presidente, aquela desculpa que as obras só vai “arrancar” depois das festas natalícias para não prejudicar a população. Não acha esta história mal contada?

Agradecia, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde respostas a estas questões.

Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia de Freguesia e restante Mesa,
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia e restantes elementos do Executivo,
Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia,
Comunicação Social e público em geral,

PAOD - INTERVENÇÃO

Na sequência de ausência de resposta aos requerimentos entregues pelo Bloco de Esquerda na anterior legislatura, reiteramos a solicitação, através de V. Exa., para que o Senhor Presidente da Junta da Freguesia clarifique esta Assembleia sobre os custos das iniciativas, realizadas em 2017: Noite Branca, Sun Water Slider, Romaria de Santa Rita.

A estes, acrescenta-se a pretensão de informação sobre o inventário do Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicílio, o inventário de lavadouros e fontanários e a sua salubridade, e o compromisso de pagamento assumido pela Associação Empresarial de Valongo. Estes requerimentos serão, após a minha intervenção. *entregues*

PROPOSTAS

Passo a apresentar algumas propostas, que aguardo sejam levadas em consideração:

1 - É com grande apreço que o Bloco de Esquerda começa a vislumbrar uma das suas reivindicações: a colocação de passeios na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, ainda que aparentemente só abranja um dos lados da faixa de rodagem e numa extensão ainda diminuta, face à dimensão da referida artéria (desde a R. Palmilheira, até perto da rotunda do Alto de Valongo). No entanto e face a algumas queixas recebidas, o Bloco de Esquerda sugere que a junta da freguesia reivindique, junto das entidades competentes, o reforço da pintura das passadeiras desta longa avenida e em toda a sua extensão, tal como providencie avisos de aproximação às passadeiras, nomeadamente através de refletores, bandas sonoras, ou outros materiais julgados pertinentes,

com especial proeminência, junto à zona habitacional, em frente ao retail park, acautelando as questões de segurança dos transeuntes.

2 – Ainda que neste último mês não tenhamos conhecimento da falta de abastecimento de água nos lavadouros dos Montes da Costa, mas sabendo que a situação é vulnerável, mais ainda pela aproximação de tempos chuvosos, e que quer pela necessidade de reestruturação do canal de provimento, como da limpeza das raízes infiltradas dos eucaliptos, e atendendo ainda à gestão e responsabilidade bipartida entre a freguesia e o município, sugerimos que as 2 entidades articulem meios e esforços com a maior brevidade, de forma a solucionar de forma definitiva, os problemas de abastecimento de água que têm surgido, e que tantos fregueses tem afetado. Acrescentamos ainda a importância de rever a possibilidade de reestruturação de outros lavadouros, entretanto abandonados ou encerrados arbitrariamente.

3 – Observamos com preocupação, que na zona industrial de Ermesinde, junto do lugar dos 4 Caminhos, abrangendo a área comercial da Avenida Eng. Duarte Pacheco, as Ruas do Monte da Bela, Prof. Correia de Sá e R. Comital, incompreensivelmente não se encontra nenhum contentor do lixo, mollock ou Ecoponto. A produção de lixo, pelas muitas empresas existentes naquela área, é geralmente colocado nos contentores dos edifícios habitacionais das zonas envolventes, fazendo transbordar as estruturas ali existentes. Ora a periodicidade de limpeza daqueles contentores, seria a correta, se cumprisse o desígnio de servir só o lixo doméstico (indiferenciado ou seletivo), o que não acontece. Nesta perspetiva, solicitamos que se reivindique junto das entidades competentes, a colocação de contentores naquela zona industrial, e que sirva as empresas comerciais ou industriais.

4 – Porque não observamos essa intenção no plano de atividades, sugerimos, que se proceda a uma análise e avaliação técnica, para uma possível intervenção. Junto das margens do Rio Balsinha. de forma a minimizar o

transtorno, para a população local, que anualmente é incomodada com o transbordo do caudal do rio.


5 – Frequentemente temos ouvido críticas e reclamações à forma como decorrem e se procede às podas das árvores do município, e particularmente da freguesia. Ora são feitas de forma extemporânea. Ora destroem nidificações. Ora são executadas com cortes drásticos que promovem a penetração de fungos e parasitas, argumento que mais tarde servirá para as abater. Ora os próprios cortes perpetrados, provocarão feridas irreversíveis que lhes provocará o apodrecimento.

Aparentemente a generalidade das árvores são podadas arbitrariamente, incluindo as Tílias e os Plátanos, árvores de grande porte, que não deverão ser podados anualmente.

Não sendo nós especialistas da área, mas tendo o município obrigação de ter entre os seus quadros, técnicos com conhecimentos na área ambiental e ecossistema, sugerimos que esta junta da freguesia recomende aos responsáveis camarários, que atenda não só às preocupações ambientais dos munícipes/fregueses, como para evitar a sistemática violação ambiental proceda a uma formação específica dos responsáveis por esta tarefa. Sugerimos ainda, que a junta da freguesia proponha ao município, um levantamento cadastral das árvores da freguesia e as reenquadre em função do objetivo para as quais foram colocadas.

6 - Não obstante a afixação pública do aviso das reuniões da junta de freguesia, propomos, que a mesma, com a respetiva ordem de trabalhos, seja divulgada junto dos membros da assembleia de freguesia, por via eletrónica.

A representante do Bloco de Esquerda,

 em 21/12/2017
(Carla Celeste Sousa)

RECOMENDAÇÃO

O acesso universal ao consumo de água é uma das exigências fundamentais da cidadania. Em abril de 2011 o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas adotou até o acesso à água potável segura e ao saneamento como um direito, um direito à vida e à dignidade (Resolução 16/2). Neste sentido são necessárias medidas que concretizem o direito de acesso à água. É que muitos dos agregados familiares que são consumidores de água encontram-se numa situação de grande vulnerabilidade. Em resultado das políticas de empobrecimento do governo PSD/CDS-PP, muitos consumidores com rendimentos muito baixos não conseguem pagar as contas da água e o corte do fornecimento prejudica ainda mais a situação.

No seguimento de iniciativas legislativas, como a aprovação duma Resolução do BE aprovada na Assembleia da Republica, em novembro de 2016, o Orçamento do Estado para 2017, previu no seu artigo 55º uma *“Autorização legislativa no âmbito da tarifa social para o fornecimento de serviços de águas”*.


Agora, pelo recente Decreto-Lei nº 147/2017, de 05 de dezembro foi estabelecido o regime de atribuição da tarifa social a aplicar às pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviço de águas e que se encontram em situação de carência económica. São abrangidas as pessoas beneficiárias de prestações sociais e também aquelas cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 euros, acrescido de 50% por cada elemento da família que não aufera qualquer rendimento.

Apesar das orientações de diversos organismos internacionais e nacionais, como a ERSAR, para a promoção do tarifário social, o município de Valongo faz parte da lista dos municípios que ainda não aderiram à tarifa social da água.

Pelo exposto e tendo em conta o artigo 3º do citado Decreto-lei que dispõe *“a adesão dos municípios ao regime da tarifa social é voluntária, mediante deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal”*, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, reunida em sessão ordinária, em 21 de dezembro de 2017, RECOMENDA ao Executivo da Junta da Freguesia que pressione o Executivo Camarário, para:

que desencadeie com urgência os procedimentos tendentes à adesão ao regime de tarifa social da água e a sua implementação automatizada a todos os consumidores abrangidos.

A representante do Bloco de Esquerda,

, em 21/12/2017
(Carla Celeste Sousa)

REQUERIMENTO

Assunto: Pedido de Esclarecimentos

Exmo.Sr. Presidente da Assembleia da Freguesia de Ermesinde:

Na sequência de ausência de resposta aos requerimentos entregues pelo Bloco de esquerda na anterior legislatura, reiteramos a solicitação, através de V. Exa., que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia clarifique esta Assembleia sobre:

1 - Os custos da iniciativa Noite Branca e todas as atividades associadas a esta iniciativa, em 2017. Sabemos, por consulta ao portal da contratação pública, que foram atribuídos €23.726,12 à empresa Gabba Produções. Solicitamos os seguintes esclarecimentos:

- a) Além do valor atrás referido, foi paga mais alguma verba à referida empresa? Se sim, qual o montante?
- b) Qual o valor total gasto com a Noite Branca? Pedimos que nos indique em detalhe quais as despesas concretas, respetivo valor e empresas/instituições/pessoas às quais foram pagas as verbas em causa.
- c) Quantos funcionários da Junta estiveram alocados à Noite Branca. Quantos foram pagos em dinheiro por esse trabalho e quantos trocaram tempo de trabalho por folgas?

2 - Os custos da iniciativa Sun Water Slider 2017.

- a) A Junta de Freguesia teve algum custo com a iniciativa? Se sim, quais os custos cobertos pela Junta: montagem do escorrega aquático, contratação de artistas? Que outras despesas?
- b) As receitas de bilheteira constituíram uma receita exclusivamente da Junta? Qual o montante arrecadado com a bilheteira?

- c) Houve alguma outra entidade que tenha recebido qualquer valor pela receita de bilheteira? Qual o valor em causa e que entidade ou entidades arrecadaram essa receita?

3 - Os gastos com a romaria de Santa Rita 2017,

- a) O valor de €46.694,42 de despesa inclui a remuneração dos dois funcionários afetos à realização da festa? Esses funcionários estiveram destacados quantos dias e qual o vencimento diário de cada um deles?
- b) Quantos dias de compensação teve cada um dos 5 funcionários afetos à romaria de Santa Rita e que foram remunerados em tempo?
- c) Qual a origem dos €21.923,20 de receita líquida?
- d) Gostaríamos de saber, detalhadamente, a que correspondem os €46.694,42 de despesa

4 – A Associação Empresarial de Valongo, através de protocolo de colaboração com esta junta de freguesia, aprovado em 07 de dezembro 2016, comprometeu-se a cumprir a devolução, em 4 tranches, até 30 de junho do corrente, de cerca de 7 000 euros, avançados pela junta de freguesia, e cedidos para as festividades do natal.

A 01 de agosto do corrente, este valor ainda não tinha sido devolvido. À data atual, como está a situação? No caso de resposta negativa, que diligências tem assumido a junta de freguesia, para o ressarcimento desta verba?

5 – Solicitamos a entrega do inventário de lavadouros e fontanários públicos, assim como do seu estado de conservação e da salubridade das suas águas para consumo. Ainda sobre esta temática pretendemos saber quando foram realizadas as últimas análises à água.

6 – Relativamente ao Banco de Produtos de Apoio e Assistência no Domicílio solicitamos o inventário de bens disponíveis, uma vez que apesar de igualmente solicitado, não nos foi cedido.

A representante do Bloco de Esquerda,



, em 21/12/2017

(Carla Celeste Sousa)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia
 Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia
 Exmas. e Exmos. Vogais do Executivo da Junta
 Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia
 Exmo. Público presente
 Comunicação Social presente
 Minhas Senhoras e meus Senhores

Declaração dos eleitos do PS

Os membros do PS nesta Assembleia vêm manifestar o seu apreço ao Executivo desta Junta de Freguesia pela forma célere e consistente como encontrou solução para dar continuidade à resposta no âmbito da Componentes de Apoio à Família - CAF's e das Atividades de Animação e Apoio à Família - AAAF's, independentemente da denúncia do protocolo ilegal com a Associação Sójovem das Saibreiras.

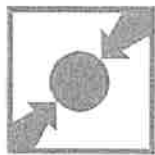
O anterior executivo da JF liderado por Luís Ramalho escondeu um parecer da CCDR-N que indicava como ilegal o protocolo firmado entre a Junta e a Sójovem tendo posteriormente a ANAFRE, por solicitação do atual executivo, corroborado a ilegalidade do mesmo protocolo.

Nestas circunstâncias de ilegalidade, o atual executivo viu-se na obrigação de denunciar o protocolo que mantinha com a Associação Sójovem e sucessivamente o contrato inter-administrativo com a CMV e os protocolos com os agrupamentos escolares em virtude de ter deixado de reunir os recursos humanos necessários para garantir a resposta.

Contudo, procurou este executivo garantir que a resposta no âmbito das CAF's e das AAAF's não seria interrompida mantendo o apoio a centenas de famílias ao contrário do que foi afirmado pelo PSD na Assembleia Extraordinária de 14 de Novembro passado, bem como não é verdade que este executivo tenha despedido qualquer colaborador afeto às respostas elencadas como também afirmou erradamente o PSD na mesma Assembleia.

Ermesinde, 21 de dezembro de 2017

Os Membros da Assembleia de Freguesia do Partido Socialista,



Anexo 6

Grupo Municipal do CDS-PP
Assembleia de Freguesia de Ermesinde

21 de Dezembro de 2017

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Ermesinde e restante mesa

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde e restantes membros do executivo

Exmos. Membros da Assembleia

Excelentíssimo Público,

Foi com grande consternação que o CDS-PP tomou conhecimento de que uma das medidas do Orçamento da CMV para o ano de 2018, será o aumento do IMI, em quase 15% (aumento de 0,355% para 0,409%).

Trata-se pois, de uma medida altamente reprovável e que o CDS condena veemente. Isto porque, esta afecta um grande número de famílias e de empresas ermesindenses, atacando a poupança e o investimento. Por conseguinte, esta medida afastará o estabelecimento de empresas e famílias quer na freguesia de Ermesinde, quer no município de Valongo, aliado ao facto de ainda se aplicar a taxa máxima de derrama municipal e de taxa de participação variável de IRS.

Neste sentido, vem o CDS interrogar o Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia, acerca do seu sentido de voto, no que a esta matéria concerne, assim como os motivos que justificam o mesmo.

Pela Bancada do CDS-PP
Ermesinde, 21 de Dezembro de 2017

INTERVENÇÃO

REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS

O Bloco de Esquerda, após análise do documento em apreço, regista o seguinte:

Com exceção da alteração da data de candidatura para janeiro, que nos surge como uma evolução positiva, conquanto faz corresponder o início do processo de candidatura com o ano civil e, a atribuição de pontos nos critérios de ponderação, que favorece as parcerias, com a participação nas iniciativas da junta de freguesia, mas penaliza quem nunca foi convidado para essas iniciativas, todo o documento é no seu todo, semelhante ao anterior.

Esperar-se-ia, pelo menos, que todas as associações, coletividade, clubes e outras entidades passíveis de beneficiar deste subsídio, fossem auscultadas, neste processo de recreação de um novo regulamento, quer nos prazos propostos, como pelo conteúdo do próprio regulamento. Essa é uma das formas de política de proximidade, uma das razões da importância da existência das juntas de freguesia.

Sabemos nós que, inclusive, ainda que não solicitado, foram feitas propostas de alteração ao regulamento, naturalmente, não vertidas no mesmo.

Continua-se erradamente a considerar que as necessidades de apoio financeiro e a planificação/ operacionalização de atividades ou planos de atividades, são transversais às coletividades da freguesia, metendo-as todas no mesmo saco, e desrespeitando a especificidade de cada uma.

Pelo que sugerimos, desde já, a constituição de regulamentos diferenciados em função das competências sociais que desenvolvem: desportivas, culturais e recreativas, apoio social, etc., com a definição de uma verba específica para cada competência.

A representante do Bloco de Esquerda,


(Carla Celeste Sousa), em 21/12/2017



Anexo 8

Declaração de Voto

21.12.2017

O Partido Social Democrata de Ermesinde congratula-se com a proposta de alteração do Regulamento dos Subsídios atribuídos às coletividades.

Pese embora esse facto, verifica-se que a dita alteração ficou muito aquém daquilo que era pretendido, uma vez que o que vinha a ser pedido ao longo do mandato anterior era uma revisão de fundo do dito Regulamento.

Nesta revisão ainda existem por esclarecer algumas das questões levantadas anteriormente em sede de Comissão de Subsídios, nomeadamente no que refere à quantificação concreta dos critérios previstos em alguns artigos, por exemplo no artigo 8º, na prática, mais de 90% do regulamento mantém-se tudo como anteriormente.

Pelo que o nosso voto é de abstenção.

Pela Bancada do Partido Social Democrata

(Sónia Silva)

INTERVENÇÃO

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, PLANO DE ATIVIDADES, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO PARA 2018

O Mapa de pessoal de 2017, registava a existência de 26 postos de trabalho, sendo que 23 estavam preenchidos e 3 lugares estavam vagos: 1 afeto às tarefas e funções de limpeza, e 2 às funções de obras, urbanizações e jardins. Verificando que, para 2018, não só esses lugares não foram preenchidos, como desapareceram enquanto vagas do quadro de pessoal, pretendemos que nos informem sobre o desaparecimento dessas vagas. Sugerimos ainda que se proceda à abertura de procedimento concursal para preenchimento de novos quadros, incluindo administrativos, com a tarefa de atendimento telefónico, uma vez que são frequentes as reclamações relativamente à impossibilidade de contacto telefónico. Percebe-se que os funcionários existentes são poucos, e com a impossível tarefa de acumular um atendimento presencial e telefónico simultaneamente.

Relativamente ao Plano de Atividades e Plano de Investimento, é com bons olhos que observamos a manutenção da proposta apresentada na anterior legislatura, pelo Bloco de Esquerda, de aumentar a eficiência energética, nos edifícios públicos, nomeadamente recorrendo a iluminação led, tal como a manutenção das campanhas de sensibilização para eliminação dos dejetos de animais domésticos. Mas permitam-nos mais uma sugestão, neste caso de alteração: não só a aplicação da campanha nos jardins públicos, mas uma extensão aos espaços públicos.

No entanto mais nenhuma das outras propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda integra estes documentos.

Estas propostas parecem-nos muito aquém do que se esperaria, considerando-as mesmo paupérrimas em termos de ambição e projeção. Certo é que não se fazem omeletes sem ovos, mas talvez com um pouco de imaginação, criatividade e vontade, se pudessem adicionar outras propostas, nas diversas vertentes.

Sobre o orçamento, observamos uma diminuição significativa da verba disponível para investimento e a uma pura gestão corrente, acrescido de iniciativas avulsas.

O argumento dos constrangimentos orçamentais, e, passo a citar "da situação financeira em que se encontra a Freguesia de Ermesinde, e com a qual este executivo se deparou", não colhe frutos.

Recorde-se que há para trás um histórico de 40 anos de partilha de poder entre o PS e o PSD, e de uma exigência de conhecimento e responsabilidade acrescida, pela experiência de governação que ambos os partidos são obrigados a ter.

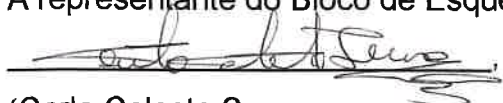
A atitude de "não estamos aqui para obstaculizar quem venceu", demonstra então, que a oposição passiva, nunca pode ser boa conselheira, e muito menos a opção a assumir. Será importante relembrar que o respeito pela democracia, não se esgota nos projetos de quem vence, até porque, é apenas sinónimo de que um grupo maior de cidadãos, concentrou os seus votos em determinado projeto político.

Nesta perspetiva o PS, não está ilibado de responsabilidades pelo excessivo gasto financeiro ocorrido no anterior mandato, conquanto foi conivente com os orçamentos apresentados, ao esquivar-se da sua responsabilidade com o voto de abstenção. Recordando os votos contra do Bloco de Esquerda, aos orçamentos apresentados, nomeadamente no último ano, pese embora as críticas de irresponsável a que foi sujeito. Agora questiona-se sobre que força política, foi afinal irresponsável e ingénua?

Não sendo possível recuperar o que foi desbaratado, infelizmente os ermesindenses nada têm para poder usufruir, do que foi feito na anterior legislatura, porque muito pouco se vislumbra do investimento efetuado.

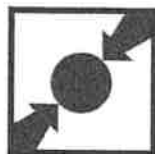
Apesar da mudança de cor política, na gestão da freguesia, que investimentos na e para a população, poderão aguardar os fregueses, com estas propostas?

A representante do Bloco de Esquerda,



, em 21/12/2017

(Carla Celeste Sousa)



Anexo 10

12/10

Assembleia de Freguesia de Ermesinde

INTERVENÇÃO

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia e restante mesa

Exmo. Sr. Presidente da Junta e restantes membros do executivo

Exmos. Membros da Assembleia

Exmo. Público:

Analizando o plano de actividades proposto por este executivo da Junta da Freguesia de Ermesinde constata-se que o mesmo nada acrescenta, de substancial, relativamente às actividades prosseguidas em mandatos anteriores, algumas delas muito criticadas pelo partido que actualmente suporta este executivo.

Espera a bancada do CDS-PP que as poucas, diga-se, novas intenções de actividades propostas no plano de actividades para o ano de 2018, não passem de isso mesmo, meras intenções, e sejam efectivamente desenvolvidas pelo executivo da Junta.

Não podemos deixar passar em claro o facto de em 2018 estar prevista novamente a realização da corrida de S. Silvestre, lamentando a nossa bancada que este executivo da Junta de Freguesia não o tenha conseguido efectuar este ano, atendendo ao sucesso que esta prova granjeou nos últimos anos.

Relativamente ao orçamento para o ano de 2018 constata-se a diminuição do valor do mesmo em cerca de € 300.000,00, diminuição esta que decorre, sobretudo, da diminuição de competências desta Junta, decorrentes da denúncia dos protocolos anteriormente existentes na área do apoio às famílias com crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino pré-primário e do 1º ciclo da nossa Freguesia.

É com grande apreensão que verificamos esta diminuição e esvaziamento de competências pois a mesma acarreta uma diminuição da política de proximidade e um natural afastamento dos nossos fregueses do poder local.

Gostaríamos também de ver esclarecidos pelo Senhor Presidente da Junta da Freguesia os seguintes pontos relativamente ao orçamento proposto:

- 1- Este orçamento reflecte, na rubrica das receitas provenientes do IMI, o anunciado aumento pela Câmara Municipal de Valongo desta taxa em 15%?
- 2- Este orçamento reflecte, relativamente às receitas provenientes das taxas aplicáveis nos cemitérios, a revisão anunciada pelo Partido Socialista durante a campanha eleitoral? Em caso afirmativo em que medida?
- 3- Relativamente às receitas provenientes dos acordos de execução com o Município, as mesmas sofreram alguma alteração relativamente ao mandato anterior? No caso da resposta ser negativa, o actual executivo da Junta procedeu a algum tipo de diligência com vista à sua revisão e consequente aumento das verbas a transferir pelo Município?

Pela Bancada do CDS-PP



Ermesinde, 21 de Dezembro de 2017

ORÇAMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES E MAPA DE PESSOAL PARA 2018

Está presente a esta assembleia para discussão e aprovação, o orçamento, plano de actividades e mapa de pessoal, para 2018.

Estes documentos de maior importância para a Cidade de Ermesinde, devem merecer sempre uma atenção redobrada na sua elaboração, bem como os contributos de todas as forças políticas.

Não quis assim o Partido Socialista e, estes documentos são da sua inteira responsabilidade. O direito da oposição e seus contributos foram minorizados por este executivo.

Da parte da CDU, dizemos que não é democraticamente aceitável que se envie uma proposta de Orçamento e Plano de Actividades, com 24 horas de antecedência da sua aprovação em executivo. O que é que o Partido Socialista pretende com estas acções, evitar a discussão e aprofundamento de matérias de tamanho relevo? Fica a dúvida.

No entanto, com estas limitações, a CDU interveio, criticou e apresentou propostas complementares e alternativas. Também é certo que o Partido Socialista, pouco ou nada se interessou pelas propostas da CDU.

Em relação a estes documentos, poderíamos sintetizar, que são uma cópia de documentos anteriores da gestão do PSD.

Na questão financeira, não percebemos o seu constrangimento e o estado das finanças encontrado. Esteve o Partido Socialista bem representado no mandato anterior na junta de Ermesinde e, não é do conhecimento público qualquer reserva à execução financeira do anterior presidente. Estivesse o Partido Socialista mais atento na reunião da AF de 11/9 de 2017 quando a CDU perguntou, o porquê de um levantamento de um depósito a prazo de 30 mil euros e talvez a surpresa não fosse tanta.

Comparando as receitas previstas, elas não diferem muito das do ano anterior, por isso este constrangimento merece uma explicação mais fundamentada.

Nas infra estruturas e conservação dos espaços físicos: Nada de arrojado é proposto e em alguns casos há um retrocesso.

Nas tabelas das licenças e taxas, aquilo que era uma bandeira do candidato João Morgado, está esquecido neste documento. Quando se esperava que este documento apontasse de uma forma clara para o abaixamento destas taxas e a isenção de algumas, nada é dito. No entanto se lermos com algum rigor as receitas previstas nota-se um crescimento das taxas a cobrar.

No Meio Ambiente; É um repositório da gestão do PSD. As promessas da requalificação do rio Leça não passam de meras operações cosméticas,

Na Ação Social: cópia dos mandatos anteriores. O prometido investimento nesta área foi promessa eleitoral.

No Desporto Cultura e Tempos Livres: É uma lista de intenções não programadas nem calendarizadas. Os apoios concretos aos clubes e associações não se vislumbram. Salvou-se à última da hora, e por proposta da CDU a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Defendemos e propusemos, que as actividades culturais e desportivas não deviam ser um repositório “à la carte”. Devia ser fundamentado e calendarizado num período que podia ser chamado “as Festas da Cidade”, onde várias actividades desportivas e culturais pudessem ser congregadas neste período de tempo. Período temporal que devia coincidir com as datas da elevação de Ermesinde a cidade e concluídas nas festas do padroeiro da freguesia. Esta proposta não teve o acolhimento do Partido Socialista.

Da análise ao Mapa de Pessoal salta à vista o número insuficiente de trabalhadores para uma Cidade desta dimensão. Isto só é compreensível numa lógica de utilização de trabalhadores precários para suprir as necessidades da Junta, recorrendo aos chamados “Contratos Inserção” para preenchimento de postos de trabalho permanentes aos quais deveria corresponder um vínculo, também ele, permanente.

Verificamos que a defesa e requalificação da Cidade de Ermesinde, não são referidas neste documento. Sabemos que alguns investimentos têm que ter o suporte financeiro camarário, mas a um presidente da junta pede-se também a iniciativa e o poder reivindicativo.

Por isso deve ser defendido junto da CMV, a requalificação da zona de Sampaio, ruas, infra-estruturas e sinalização vertical e horizontal.

A criação de mais parques de estacionamento e a redução dos parquímetros.

A verdadeira requalificação do rio Leça, com a criação de zonas de lazer e passadiços.

A oposição à subida do IMI. Ermesinde e a sua população será a freguesia mais afetada por este aumento. O aumento das tarifas de água e saneamento devia ser uma preocupação do presidente da junta.

Sabemos das limitações, que existirão sempre, dos orçamentos das juntas de freguesia. Por isso, em campanha eleitoral devemos todos ser mais comedidos nas promessas que fazemos ao eleitorado.

Mas, um presidente de uma junta como a de Ermesinde tem que lutar e defender junto das entidades com mais suporte financeiro para que a concretização dos anseios dos ermesindenses sejam concretizados. Espera pois, a CDU e a cidade, que o seu empenho não “esbarre” na subserviência política.

Embora tratando-se do primeiro executivo monocolor em tempo de democracia, por opção do Partido Socialista, não negamos a sua legitimidade.

No entanto, quero que saiba senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, que a CDU tudo fará, mesmo nestas condições, para desenvolver o seu trabalho em prol das populações de Ermesinde. Apoiaremos todas as propostas do executivo que acharmos justas, mas contará sempre com a nossa oposição naquelas que acharmos que vão em sentido contrário.

Relativamente ao Orçamento, Plano de Atividades e Mapa de Pessoal para 2018, consideramos as suas propostas insuficientes. No entanto, como a acção da CDU nas autarquias locais é e será sempre uma postura construtiva, não iremos votar contra estes documentos.

Postura que não se manterá caso o ano de 2018 não traga profundas alterações na gestão Junta de Freguesia de Ermesinde.

Ermesinde, 21 de Dezembro de 2017

A CDU

Declaração dos eleitos do PS

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia
Exmas. e Exmos. Vogais do Executivo da Junta
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia
Exmo. Público presente
Comunicação Social presente
Minhas Senhoras e meus Senhores

O Mapa de Pessoal, o Plano de Atividades, o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento são instrumentos fundamentais à boa governança da Cidade, e assim sendo os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia congratulam o Executivo desta Junta da Freguesia por ter apresentado um conjunto de documentos sérios, realistas e prudentes.

Relativamente ao Mapa de Pessoal é de realçar a supressão das vagas anteriormente elencadas, uma vez que não é expectável que as mesmas venham a ser preenchidas no ano em apreço, nem tão pouco existe cabimento orçamental para que as mesmas possam ser asseguradas, condições exigidas pela DGAEP – Direção Geral da Administração e do Emprego Público para a existência de vagas em aberto.

Quanto ao Plano de Atividades, não sendo este um documento estanque e rígido, contém um conjunto de atividades que de uma forma sustentável podem ser garantidas e asseguradas. Gostaríamos de destacar entre outras a substituição da estrutura energética dos edifícios propriedade da Junta de Freguesia, o início da revisão do Regulamento dos Cemitérios e das Tabelas de Taxas e Licenças, as ações de despoluição e requalificação das margens do Leça, a alteração do FES que o tornará mais acessível e justo, a implementação do projeto “Ermesinde Solidário”, a criação de uma comissão de estudo para a instalação do Museu da Cidade de Ermesinde e ainda a modernização do site e a criação de aplicações móveis que encurtem a distancia entre a JFE e a população da Cidade. De notar que muitos destes pontos são promessas do Partido Socialista e é com muito agrado que os eleitos do PS registam que já no primeiro ano do mandato este executivo irá por em prática muitas das suas promessas.

No que toca ao Plano Plurianual de Investimentos gostariam os eleitos do PS que fosse possível um conjunto de investimentos mais ambiciosos e tão necessários, no entanto registamos com apreço a linha transversal de prudência e responsabilidade em todos os documentos apresentados, também presente no PPI, em que apenas é afeto a investimento a verba correspondente ao excedente corrente da proposta de orçamento para 2018, num total de 6.500,00€. Não é o PPI que gostaríamos de ver apresentado, mas sem poder contar com saldos de gerência anterior, que infelizmente e em virtude de uma gestão passada menos prudente e rigorosa não podem ser canalizados para investimento, dado que o valor a transitar seja muito próximo do nulo, entendemos que este é o PPI ao alcance deste executivo.

Por fim, o Orçamento. Este constitui um dos principais instrumentos de política autárquica, e deve traduzir, fidedignamente, o programa autárquico iniciado em outubro de 2017. Assim, registam os eleitos do PS com grande agrado e satisfação o rigor na construção do orçamento, que cumpre todas as regras orçamentais determinadas pela Lei 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o que denota grande preocupação e rigor na elaboração deste documento, não optando este executivo por mascarar ou maquilhar rubricas e dotações, como podemos aferir a título de exemplo com a rubrica 010104 Pessoal dos Quadros – Regime de Contrato Individual de Trabalho, que prevê dotação para fazer face à despesa total a 14 meses dos vencimentos dos funcionários do quadro, já com a atualização prevista do RMMG – rendimento Mínimo Mensal Garantido.

Este é portanto um documento que do ponto de vista da receita e da despesa, nos parece sólido, transparente e realista, como sempre deveria ter sido prática desta autarquia.

Ermesinde, 21 de dezembro de 2017

Os Membros da Assembleia de Freguesia do Partido Socialista,



Anexo 13

Declaração de Voto

21.12.2017

O PSD de Ermesinde não pode concordar com a forma como este Orçamento e Plano de Atividades são apresentados. Desde logo, no ponto 5 do Plano de Atividades onde é apresentado o Comentário Final.

No ponto 4 deste mesmo Plano, são feitas assunções no âmbito de despesa de investimento, e que depois não são sequer contempladas em Orçamento.

Também, a expressão “grande contenção orçamental” faz antever uma redução drástica no **Total das Despesas Correntes**:

- Rúbrica 01 – Despesas com o Pessoal: **+62.627€**;
- Rúbrica 02 – Aquisição de Bens e Serviços: **+22.565€**
- Rúbrica 04 – Transferências Correntes: **-41.019€**
- Rúbrica 01 – Outras Despesas Correntes: **-1.414€**

Como se pode confirmar, o orçamento do Total das Despesas Correntes excede o orçamento do ano anterior em **45.759€** o que por si só não é coerente com a argumentação apresentada, nomeadamente de “grande rigor orçamental dadas as circunstâncias herdadas”. Mais, referir que orçamento “está circunscrito à despesa corrente” também não se enquadra no orçamento apresentado onde podemos, por exemplo, verificar um aumento na Aquisição de Bens e Serviços. A própria rubrica 04, que vê o seu valor ser reduzido em **41.019€**, resulta da não realização de Protocolos Específicos e de um reforço de aproximadamente 140% no montante a transferir para Instituições sem fins lucrativos.

Por outro lado, o Fundo de Emergência Social, cujo aumento foi sucessivamente reclamado pelos membros do Partido Socialista, manteve a sua verba completamente inalterada nos 10.000,00€

É com desagrado que verificamos que o montante previsto, a transferir pela Câmara Municipal, para a realização dos acordos de execução se mantém idêntico ao do mandato anterior. Mantemos a certeza de que o valor não é suficiente pelo que somos da opinião de que deve o Executivo da Junta tomar todas as diligências necessárias junto da Câmara Municipal a fim de alterar o acordo.



Para terminar, e no seguimento da mensagem transmitida no documento apresentado, referir ainda que o investimento em Atividades Sociais, Culturais, Recreativas e Desportivas, cuja despesa foi sempre tão criticada, será superior ao do ano anterior. Portanto, ao contrário do que se pretende fazer crer, as circunstâncias “herdadas” permitem um leque de assunções no âmbito da despesa.

É nosso entender que o orçamento não é coerente com a justificação apresentada e portanto, em concordâncias com os motivos apresentados, o nosso voto é de abstenção.

Pela Bancada do Partido Social Democrata

Diogo Augusto Rebelo Pereira Marques
(Diogo Marquez)

INTERVENÇÃO

COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DOS ARRUAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

- 1 - Considerando que o valor base de 576 000 euros é ligeiramente superior ao contrato anterior, e reconhecido que a empresa anterior manifestou imensas lacunas no cumprimento da prestação de serviços a que estava obrigada, sofrendo inclusive, algumas coimas, pela junta da freguesia;
- 2 – Recordando que um dos argumentos para a ineficácia do serviço era o baixo valor que estava a ser pago à empresa, apesar de ter sido o contratualizado;
- 3 – A crítica à ineficácia dos serviços de limpeza, ser uma forte constante;
- 4 – Que o período de vigência do novo contrato será de 4 anos;

Questionamos:

- a) O Valor advindo da delegação desta competência foi renegociado com o município?
- b) Que serviços serão contratualizados – a que infraestruturas diz respeito este compromisso? Serviços complementares que integrarão o caderno de encargos?
- c) Que garantias irá exigir a Junta da Freguesia e que instrumentos de fiscalização utilizará, para que a próxima empresa prestadora deste serviço, o cumpra de forma plena e eficaz?
- d) Se o contrato será de 4 anos (2018, 2019, 2020 e 2021), porque razão ainda em 2022 se está a pagar este serviço?

A representante do Bloco de Esquerda,



(Carla Celeste Sousa)

, em 21/12/2017



Anexo 15

Assembleia de Freguesia de Ermesinde

INTERVENÇÃO

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia e restante mesa

Exmo. Sr. Presidente da Junta e restantes membros do executivo

Exmos. Membros da Assembleia

Exmo. Público:

O custo com a limpeza urbana dos arruamentos e infra-estruturas da nossa Freguesia consome uma verba do orçamento anual da Junta da Freguesia de cerca de 17,5%.

Esta obrigação é decorrente dos acordos de execução celebrados com o Município, os quais englobam, também, a gestão e manutenção dos espaços verdes ajardinados da nossa Freguesia.

Entendemos que a verba transferida pela Câmara Municipal de Valongo é insuficiente para a prossecução com a qualidade e eficiência exigíveis para estes serviços.

Colocamos, assim, grandes reservas na assunção, pela Junta da Freguesia de Ermesinde, de um compromisso plurianual de 4 anos, o qual assume um impacto fortíssimo no orçamento, e que conseqüente acarreta limitações ao exercício de gestão da Freguesia.

Deveria, o actual executivo da Junta da Freguesia, previamente à celebração de um compromisso de tão grande envergadura tomar uma de duas medidas – Renegociar com a Câmara Municipal de Valongo os acordos de execução com vista a um aumento da verba a transferir para a Junta, ou, pura e simplesmente proceder à denúncia desses acordos de execução.

Consequentemente, desde já assumimos que o sentido de voto desta bancada será consentâneo com o nosso voto relativamente ao orçamento.

Pela Bancada do CDS-PP

Ermesinde, 21 de Dezembro de 2017

INTERVENÇÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Após análise do documento em apreço, surgiram-nos algumas questões:

Este relatório compreende que período temporal? Outubro a dezembro?
Ou só o mês corrente?

Relativamente ao Meio Ambiente:

- 1 - Que monitorização tem sido feita no desenvolvimento da campanha de Comportamento Adequado, Cidade Asseada? Que dimensão terá a sua continuidade? Está ou não prevista a sua extensão, para áreas não centrais?
- 2 - Que tipo de planificação está previsto para o processo de podas? E de reabilitação de jardins e espaços ajardinados?
- 3 - O que prevê e para quando está prevista a intervenção de parceria com o CREPorto?

Relativamente à Ação Social:

- 1 - Qual a origem dos produtos transacionados nas lojas sociais? É verdade que alguns fregueses deixam na loja social alguns pertences, objetivando a venda e o lucro em proveito próprio? Em caso afirmativo, quem controla o seu processo de venda e respetivo valor, e retribuição devida?
- 2 - Quais são as associações locais a quem se atribuiu bacalhau para compor cabazes alimentares e quantas famílias foram abrangidas? Como é fiscalizada essa entrega?

Relativamente ao Empreendedorismo/Apoio ao Comércio Tradicional


- 1 - Pressupondo que esta temática não se esgote com o período natalício, nomeadamente o envolvimento dos comerciantes e o apoio ao comércio local, pretendemos que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia,

clarifique a posição adotada na última assembleia municipal, em que o PS aproveitou a sua maioria absoluta, para numa das primeiras medidas, desta legislatura, taxar mais cerca de 70 lugares de estacionamento, na sua maioria, no coração da cidade, o que supomos, afastará a população do comércio local, por breves períodos que sejam. Haverá compensação para os comerciantes? Haverá compensação para a população?

Relativamente à Organização Administrativa e Recursos Humanos:

Não raras vezes critiquei a ausência de informação relevante e a desatualização da página web da freguesia. A resposta era a de que a responsabilidade era do domínio à qual a página estava alocada, que era insuficiente para conter o pretendido. Questiono: reviram já alternativas a este domínio?

A representante do Bloco de Esquerda,

 em 21/12/2017
(Carla Celeste Sousa)

